

>>> continuação >>>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. CONTAS A RECEBER:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 30/06/2023.

	2021	2020
Contrato 002/2018 – SESP	55.096	55.096
	55.096	55.096

Não circulante

	2021	2020
Contrato 020/2013 – SESP	2.236.311	2.236.311
	2.236.311	2.236.311

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

7. IMOBILIZADO: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Móv. e Utens. 10%	Apar. Medicina 10%	Equip. Info. 20%	Máq. e Equip. 10%	Instr. Cirúrg. 10%	Total
Saldo em 31/12/2020						
Saldo inicial	60.074	8.219	1	86.745	14.440	169.479
Adições	-	-	-	-	-	0
Depreciação	(11.688)	(1.143)	(1)	(17.178)	(3.126)	(33.136)
Saldo final	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Saldo em 31/12/2021						
Saldo inicial	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Aquisição	-	-	2.064	-	-	2.064
Depreciação	(11.689)	(1.143)	(138)	(17.178)	(3.126)	(33.274)
Saldo final	36.697	5.933	1.926	52.389	8.188	105.133

8. INTANGÍVEL

	Software 20%	Total
Saldo em 31/12/2020		
Saldo inicial	13.979	13.979
Amortização	(13.979)	(13.979)
Saldo final	-	-
Saldo em 31/12/2021		
Saldo inicial	-	-
Amortização	-	-
Saldo final	-	-

9. PARTES RELACIONADAS: O saldo a pagar a curto prazo em 2021, de R\$ 119.823 (R\$ 141.561 em 2020), refere-se a contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. O saldo a pagar em 2021 no passivo não circulante R\$ 1.215.000 (R\$ 1.215.000 em 2020), corresponde aos empréstimos entre unidades sobre a mesma gestão.

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Mat. e medicamentos	419.460	290.097
Serviços	395.821	432.817
Serviços médicos	1.068.827	878.008
	1.884.108	1.600.922

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	654.540	651.617
Provisão férias	1.110.065	1.055.135
Provisões FGTS s/férias	88.701	84.460
	1.853.306	1.791.212

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
INSS a recolher	66.459	68.890
FGTS a recolher	116.156	96.562
IRR s/ folha a recolher	110.539	94.203
Contr. Sindical	520	520
Total	293.674	260.175

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPOSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$ 175.198 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Cível	1.994.523	1.994.523
Trabalhista	762.362	1.597.970
	2.756.885	3.592.493

Em 2021, a Entidade possuía R\$ 580.812 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Foram identificadas dívidas de exercícios anteriores, que através de cartas de quitação, os fornecedores atestaram que não haviam tais valores em aberto, sendo feito a incorporação do montante de R\$ 1.268 ao Patrimônio, além de incorporação do recebimento de partes relacionadas no montante de R\$ 156.783, de períodos anteriores. **15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2021	2020
Serviços de gestão	(1.663.208)	(1.597.454)
Energia elétrica	(809.540)	(785.459)
Aluguel de máquinas	(390.005)	(350.190)
Viagens e hospedagens	(51.526)	(42.347)
Outros	(287.705)	(172.511)
	(3.201.985)	(2.947.961)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente**6. ESTOQUES**

	2021	2020
Drogas e Medicamentos em Geral	290.637	306.651
Mat. de Uso Do Paciente	175.536	250.241
Materiais de Laboratório	43.797	30.999
Material de Expediente E Impressos	28.995	35.660
Gases Medicinais	25.099	14.534
Materiais de Manutenção	18.673	15.088
Material de Limpeza E Higienização	16.998	24.161
Combustível Gerador/GLP	15.854	3.349
Material de Informática	9.855	8.544
Fios cirúrgicos	9.566	12.546
Material Descartável SND	7.883	4.839
Enxovais	7.849	11.253
Gêneros Alimentícios	6.565	12.383
Materiais de lavanderia	6.364	11.808
Peças e acessórios de reposição	6.354	-
Equipamentos De Proteção Individual	6.001	3.831
Demais materiais	7.448	9.413
	683.475	755.300

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantêm escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	2020
Cota patronal	2.100.309	2.001.804
Terceiros	609.090	580.523
RAT/SAT	210.031	200.180
Total INSS	2.919.430	2.782.507
COFINS	1.013.363	1.013.363
Total	3.932.793	3.795.870

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625
Contas a receber	2.291.407	2.291.407
Total ativos financeiros	7.661.094	7.993.032
Fornecedores	1.884.108	1.600.922
Total passivos financeiros	1.884.108	1.600.922

19. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** **Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (ii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva,

	2021	2020
Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625
Contas a receber	2.291.407	2.291.407
Total ativos financeiros	7.661.094	7.993.032
Fornecedores	1.884.108	1.600.922
Total passivos financeiros	1.884.108	1.600.922

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Impactos da COVID-19 para 2022: A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

por tempo indeterminado; e (iii) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

Tailândia-PA, 14 de março de 2022
Cristian Tassi - Diretor Executivo -
CPF: 595.078.610-68
Jimmy Bryan de Castro Brevi - Contador -
CRC PA 020736/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH**

Hospital Geral de Tailândia. Tailândia - PA

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESP como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado,

>>> continua >>>